



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: TONINHO PAIVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 15 DE MAIO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Bom dia a todos. Agradecemos a presença de todos.

Declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com a presença dos Vereadores Dalton Silvano, José Police Neto e Alfredinho – autor do requerimento, e a quem solicito que faça a sua leitura.

Convido para que tome assento à mesa o Sr. José Amaral Vagner, assessor técnico da Secretaria Municipal de Habitação.

A após ser explicado o motivo do requerimento, abriremos a palavra àqueles que quiserem se pronunciar, cada qual por três minutos.

Com a palavra o nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – “Exmo. Sr. Presidente, venho, pelo presente, requerer a realização de audiência pública perante esta comissão para discussão acerca da implementação, construção interna de unidades habitacionais no Condomínio Espanha, no Distrito de Pedreira. Tal solicitação se faz pertinente em razão de diversas informações desconstruídas sobre a demanda habitacional que será atendida no Condomínio Espanha; além da ausência de esclarecimento acerca dos equipamentos públicos que fazem parte do projeto original, uma vez que se tratam de 3.860 moradias, e a vinda de pessoas de bairros como o Jardim Apurá, com certeza, tornará (Ininteligível) a inauguração das novas creches, (Ininteligível), EMEI e demais equipamentos. Por outro lado, a Secretaria Municipal de Habitação tem informado a existência de TAC – Termo de Ajuste de Conduta – com o Ministério Público, onde estaria ajustado que as unidades habitacionais em referência apenas seriam destinadas às pessoas que moram em área da bacia hidrográfica da represa Billings, desalojadas para a realização de obras no parque ou que estejam em área de risco. Com todas as (Ininteligível) impostas pelos requisitos acima, aparentemente, impedem o preenchimento do total de 3 mil e 800 unidades que tornam imperiosa a discussão completa do tema.

Aproveito a oportunidade para requerer que sejam convidados para participar da

audiência pública desta comissão para tratar do plano acima o Sr. Secretário da Habitação e o responsável da empresa Encampi (?), os representantes da Promotoria de Habitação e do Ministério Público de São Paulo, Sr. Secretário Estadual de Habitação São Paulo, Sra. Presidente da Cohab, Sra. Presidente do Conselho Municipal de Habitação.

Sendo o que havia para o momento, aproveito a oportunidade para registrar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, Alfredo Alves Cavalcante – Vereador Alfredinho”.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Feita a leitura do requerimento, abrimos a palavra.

Nobre Vereador Alfredinho, V.Exa., se quiser, poderá tecer considerações sobre o requerimento.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, eu vou pedir licença ao Vereador Alfredinho para fazer uma breve introdução, porque, no ano passado, esta comissão teve a oportunidade de fazer uma diligência naquela área, além da diligência que foi acompanhada pela TV Câmara e pelos técnicos da Comissão. Nós elaboramos um conjunto de questionamentos às secretarias, o qual foi respondido há cerca de um mês, de modo que o Executivo levou praticamente um ano para a resposta desse requerimento. E ele tentou atingir todas as dimensões de um empreendimento importante realizado na região, mas que resulta numa necessidade de equipamentos sociais a serem instalados e também resulta num questionamento bastante importante, que é: qual é o atendimento de demanda que será realizado nele.

A audiência pública do dia de hoje, diferentemente do diálogo técnico iniciado com o Executivo pelos nossos técnicos da Comissão - que estão muito ligados no que será construído nas áreas institucionais, ao que haverá de equipamentos nas áreas institucionais que vêm do parcelamento daquela grande gleba -, o dia de hoje me parece, pelo questionamento trazido pelo Vereador Alfredinho, muito vinculado à qual demanda que será

atendida, de onde virão as pessoas, o que é esse Termo de Ajustamento de Conduta que parece estar assinado pela Prefeitura junto com o Ministério Público - se ele é um TAC de atendimento às famílias -, e a em que momento essa decisão do atendimento às famílias saiu do âmbito de uma oferta feita pelo Ministério Público e se materializou num acordo judicial.

Para entendermos isso, o MP pode oferecer um termo de ajustamento, mas ele precisa obrigatoriamente homologado pela Justiça e, portanto, tem de ter a concordância do Município e a concordância do Judiciário. Então, não há TAC que não suba ao Judiciário para ter a homologação por parte de um juiz. A maior tensão que temos neste momento – e falo isso pelo acompanhamento que vimos realizando – é reconhecer os critérios dos órgãos de financiamento. Na realidade, os órgãos que financiaram a obra têm critério de ocupação das unidades; o Ministério Público tem critérios de utilização de unidades, e o Município tem critérios de utilização das unidades para as demandas. O que é absolutamente importante é tornarmos esses critérios transparentes para a sociedade porque assim não restará dúvida a nenhum dos moradores se foram esses critérios ou outros motivos que acabaram excluindo alguma família que tem em tese o desejo de ter uma oportunidade de aquisição dessa unidade.

Isso é para conseguirmos inclusive dar respostas para o conjunto da sociedade que nos acompanha hoje. Essencialmente, a resposta que a sociedade procura é: quais os critérios que foram utilizados para tomar uma decisão para que essas famílias estejam contempladas nas unidades, e não outras. É só para contextualizarmos, pois acho importante deixarmos claro. Temos outras tarefas lá: onde serão construídas as escolas, onde serão construídas as creches, onde será construído o posto de saúde, que é fundamental, sim; qual o sistema de transporte público coletivo que vai ser oferecido àquela população, pois é uma nova população numa região em que não havia essas 3 mil unidades. Isso é absolutamente importante. Mas, como se aproximam as entregas – portanto as famílias estão-se preparando para mudar para lá -, muito da sociedade quer saber quem são as famílias atendidas e se há alguma esperança de muitas outras que não receberam nenhuma notícia. É importante tentarmos contar dos

critérios, do envolvimento do Ministério Público, de quais os critérios utilizados pelo órgão de financiamento - então, Minha Casa Minha Vida, Caixa Econômica Federal, Ministério das Cidades – e também o que o Município impôs como critérios, para que possamos deixar com muita transparência como esse processo aconteceu. Assim, reduzem-se as tensões e vamos para outro ambiente, agora de diálogo, de como será essa comunidade com mais 3 mil, 4 mil, 5 mil famílias morando lá.

Faço essa introdução e peço desculpas ao meu Presidente, pois fui escalado para estar hoje às 14 horas com o Secretário Caio Megale para discutir questões de financiamento também da habitação. É sabido que estamos com quase 50 canteiros de obras abertos sem nenhum real nos últimos 5 anos. Desde a tentativa de encaixar todas as obras que estavam em canteiro do Programa Mananciais no modelo de financiamento da Caixa, Minha Casa Minha Vida, muitas das obras estão só pagando a manutenção de canteiro, e é chegado o momento de tomarmos alguma decisão de mudar isso. Faço essa breve introdução para contar um pouco o que a Comissão realizou no ano passado, porque no ano passado o proponente do requerimento não fazia parte da Comissão, o Vereador Alfredinho não fazia parte da Comissão.

Eu acho importante a gente contar o que foi feito no passado para a gente saber o que a Comissão já tem e o quanto é importante a gente trazer novas informações para a população que está aqui.

Lembrando: a Comissão fez uma diligência naquele território, ainda no primeiro semestre do ano passado. Realizou a aprovação de diversos requerimentos, buscando informações. Acho que estamos exatamente neste momento: resposta das informações e, hoje, aqui, trabalhar muito com a demanda – que demanda foi e será atendida. Isso é muito importante, porque é muito do que busca a comunidade que está aqui.

Assim, agradeço a oportunidade e já peço licença ao meu Presidente e meu Vice-Presidente, meu colega, o Vereador Dalton Silvano.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Vereador José Police

Neto, pelas suas colocações. Esperamos que, realmente, elas possam ser postas em prática, para que o próprio Executivo possa se manifestar. Vereador Dalton Silvano?

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos aqui presentes, os convidados e a população, sempre dizendo que nós estamos sempre atentos. Quero parabenizar, sempre, aqui, os membros desta comissão, que estão sempre atentos a essas movimentações, na questão da melhoria da Habitação. Parabenizo o Vereador José Police Neto pela sua explanação.

Seria importante, Sr. Presidente, para fazermos um encaminhamento e para que esta audiência pública seja produtiva, que nós pudéssemos suspender por um minuto ou um minuto e meio e tentássemos organizar, até dentro da fala do Vereador José Police Neto, quem falaria primeiro, até para que se busquem esses esclarecimentos.

O representante do Município começaria falando, porque, no Regimento, são três minutos. Três minutos, eventualmente, para quem vai expor, principalmente... Os três minutos são para a população e está no Regimento, mas existe aquela questão de que, em 20 minutos, o autor, que seria o representante do Executivo, poderia falar. Não estou dizendo que seria isso, mas, pelo menos, para quem vai falar primeiro, para buscar o maior número de informações dentro dessa fala do Vereador José Police Neto, suspensão por um minuto ou dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nobre Vereador Dalton Silvano, sem dúvida nenhuma, nós vamos levar em consideração as suas colocações, mas eu gostaria de ouvir o representante do Executivo, para que ele possa...

O SR. DALTON SILVANO – Não, está perfeito. É só... Já está esquematizado. É importante, já.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o representante do Executivo, o Sr. José Amaral, que representa a Secretaria Municipal de Habitação.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, só uma dúvida: além do representante do

Executivo, foi convidado também o pessoal da Promotoria Pública. Não sei se se encontram aqui. Não há ninguém da Promotoria Pública, da Municipal de Habitação? O Prefeito Regional da Cidade Ademar também foi convidado. Não se encontra aqui? Está bom.

Depois eu falo, Sr. Presidente. Depois, eu justifico o meu requerimento. Vou ouvir, primeiramente, o representante da Secretaria de Habitação.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Antes de passar a palavra ao representante do Executivo, para que V.Exa. tome conhecimento, foram convidadas essas Secretarias do Executivo. Eu gostaria que V.Exa. fizesse a leitura para os presentes tomarem conhecimento.

O SR. ALFREDINHO – Lembrando muito bem, aqui, o Sr. Presidente, eu vou ler o nome dos convidados: Sr. Nelson Luiz Baeta Neves Filho, que é Secretário Estadual de Habitação; Dr. Marcus Vinícius Monteiro dos Santos, que é Secretário Executivo da Promotoria de Habitação e Urbanismo; Dr. Roberto Luís de Oliveira Pimentel, 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Habitação e Urbanismo; Sr. Fernando Barrancos Chucre, que é o Secretário Municipal de Habitação e também Presidente do Conselho Municipal de Habitação; Sr. Edson Aparecido, que é o Diretor Presidente da Cohab; Sr. André Del Nero, que é Diretor Comercial da Emccamp, empresa que está responsável pelas obras; Sr. Júlio César Carreiro, que é Prefeito Regional de Cidade Ademar.

Acho que só o Sr. José Amaral que veio representando o Secretário Municipal de habitação, Sr. Chucre.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o nobre representante do Governo Municipal.

O SR. JOSÉ AMARAL – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, justifico a ausência do Sr. Secretário Fernando Chucre. Neste momento, S.Exa. e o Presidente da Cohab estão em uma audiência, que visa a viabilização de mil unidades habitacionais. De qualquer forma, sou eu que toco, dentro do Gabinete, o grupo de trabalho técnico com relação ao empreendimento Espanha e eu tenho a maioria das informações.

Queria agradecer a oportunidade de poder vir debater com todos, mesmo porque já estamos debatendo com vários movimentos. Já estivemos duas vezes no conselho participativo de Cidade Ademar; recebemos várias entidades, várias comissões e estamos levando essa conversa dentro da melhor possibilidade de transparência do que está sendo feito pela Secretaria da Habitação.

Eu trouxe uma pequena apresentação, que eu gostaria de passar, porque acho que ela esclarece aqueles pontos que foram realçados pelo Sr. Vereador José Police Neto, que suponho sejam de maior interesse para esta audiência pública.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JOSÉ AMARAL – O Residencial Espanha é um empreendimento de grande porte. Seguramente é o maior empreendimento, da cidade de São Paulo, de habitação de interesse social. Ele fica na Prefeitura Regional de Cidade Ademar, no distrito de Pedreira, e está localizado na bacia hidrográfica da Billings.

Aí é uma visão do empreendimento, o que dá uma dimensão da importância e do impacto que esse empreendimento traz. Ele está vinculado, por conta do licenciamento feito anteriormente, à viabilização do Parque dos Búfalos, que são as áreas verdes remanescentes no entorno do empreendimento Espanha.

Ele se encontra, como eu disse, na área de mananciais. São 3.860 unidades habitacionais, com 193 edifícios, 14 condomínios e tem, ainda, 84 lotes comerciais nessa área. A população estimada, por conta dos dados demográficos obtidos pelo trabalho realizado para o Ministério da Cidade, é de 13 mil pessoas, considerando uma composição de 3,4 pessoas por domicílio, que é o dado censitário da região de Cidade Ademar.

A questão fundamental e principal é com relação à composição da demanda: quem vai ser beneficiado por esse empreendimento. Primeira coisa a lembrar: esse empreendimento foi vinculado ao PAC, ou seja, para reassentamento de famílias afetadas com as obras do PAC, obras de urbanização, remoção e de adequação urbanística na região dos mananciais.

Tivemos o PAC 1, que está finalizando agora, e o PAC 2, que começou em 2012. Esse empreendimento está vinculado para atender a demanda gerada pelas obras do PAC 2.

Ocorre que, em janeiro de 2017, quando nós iniciamos a gestão na Secretaria da Habitação, o PAC 2 foi cancelado pelo Ministério das Cidades. Era um programa que tinha um orçamento da ordem de 1,5 bilhão de reais, sendo 400 milhões de reais para investimentos em

equipamentos públicos e equipamentos sociais. Isso foi absolutamente cancelado em janeiro de 2017 por razões alegadas pelo Ministério das Cidades de início da execução do PAC 2 e por falta orçamento pelo Ministério.

Diante disso, nós tivemos que refazer, junto ao Ministério das Cidades, atual gestão da Secretaria da Habitação, a vinculação da demanda para esse empreendimento, e foram vinculadas ao PAC 1 as obras remanescentes do PAC 1 e outras obras que poderiam ser feitas que envolvessem eliminação de risco e melhoria de qualidade ambiental na região de mananciais.

De qualquer forma, a demanda para o equipamento Residencial Espanha – por força de contrato com o Ministério das Cidades e por força do PAC, reforçada, portanto, com o TAC feito com o Ministério Público – só pode atender demanda de famílias já residentes na Bacia Hidrográfica da Billings. Isso é uma imposição da própria Lei dos Mananciais, da lei específica da Billings. E isso foi feito.

Diante do cancelamento do PAC 2, a composição da demanda, hoje, para o Espanha – que é o que nós já estamos operando; estamos quase na fase final – é composta por quatro grupos de famílias. Primeiro: famílias em auxílio-aluguel removidas das áreas de origem por obras do PAC 1. Segundo: famílias em auxílio-aluguel removidas de áreas de origem por risco e em situação emergencial. Nós tínhamos aproximadamente 1.500 famílias em auxílio-aluguel por esses dois motivos da bacia da Billings. São casos de famílias que estão há quase cinco, seis anos em auxílio-aluguel e, por isso, serão as primeiras a serem atendidas, mesmo porque estão em um processo muito longo de não atendimento definitivo. Terceiro: famílias que ainda resistem nas áreas de origem e que serão removidas pelas obras do PAC 1, que ainda tem recursos remanescentes. Um exemplo disso são todas as obras que estão sendo feitas no Córrego Guaicuri, em Cidade Ademar, além de outras obras que estão sendo feitas na Prefeitura Regional da Capela do Socorro, também com recursos remanescentes do PAC 1. Todos esses três grupos de prioridade, de novo, são residentes na Bacia da Billings.

O SR. ALFREDINHO – Qual é o total de famílias que vão ser removidas pelas obras, tanto na região de Capela do Socorro e Guarapiranga, como as que serão removidas pela canalização do Córrego Zavuvus?

O SR. JOSÉ AMARAL WAGNER NETO – Do Zavuvus, não vão. O Zavuvus é Guarapiranga

P – Mas, na Capela do Socorro, ou é Guarapiranga ou é Billings, se for lá do Grajaú.

R – É da Billings.

P – A do Cantinho do Céu, é Billings.

R – É Billings.

- Manifestações simultâneas.

O SR. JOSÉ AMARAL WAGNER NETO – Esse empreendimento não foi feito para atender à Cidade Ademar na sua origem, e sim para atender às obras do PAC 2 na Billings.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMARAL - Deixa eu terminar.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Por gentileza, todos vão ter condição e o tempo suficiente para falar, se manifestar.

O SR. JOSÉ AMARAL - Falei do grupo três e o grupo quatro são famílias que ainda resistem à área de origem e que serão removidas para áreas prioritárias. Ou seja, serão removidas diretamente para o empreendimento. Não será necessário passar pelo auxílio aluguel. Vão diretamente para o empreendimento, por exemplo, as famílias do Guaicuri, da Favela da Fumaça, Leblon e outras áreas em que estamos atuando e depois vamos mostrar. Então esses são os quatro grupos, os quatro critérios que foram utilizados.

Próximo slide. Os critérios adotados são esses aqui, todos da Bacia da Billings. Todos os beneficiados devem ter origem em áreas insalubres, de risco ou de assentamentos

subnormais. Esse é o critério do Ministério das Cidades, da portaria 163. Todos os beneficiários devem ter renda bruta familiar menor ou igual a três salários mínimos, ou seja, é faixa um de baixa renda. E todos os beneficiários devem não ser proprietários de outras áreas ou estar nas listas que já foram atendidas por outro programa habitacional.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Sr. José Amaral, o senhor sabe como se encontra hoje o Ministério da Cidade, a respeito disso? É o Ministério da Cidade que vai repassar o dinheiro?

O SR. JOSÉ AMARAL – O dinheiro já foi repassado, a obra já está praticamente concluída. Tem um detalhe lá de licenciamento para a emissão de alvará, da licença de instalação e o licenciamento dos equipamentos.

O Ministério da Cidade, a única coisa é que temos de passar os dossiês das famílias para aprovação da Caixa que verifica esses critérios, principalmente o critério de renda.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Isso já está sendo executado?

O SR. JOSÉ AMARAL – Já. Já temos 2.500 famílias que já passaram pela aprovação da Caixa Econômica. Já estão com dossiês prontos.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Aprovados?

O SR. JOSÉ AMARAL – 1.850 aprovados. A Caixa tem um estoque que aprova diariamente e essa é a posição de hoje. Nós já temos 1.850 famílias aprovadas, 2.500 dossiês e todo dia entram mais.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – E esses 1.800, o que está dificultando para eles se apoderarem do imóvel?

O SR. JOSÉ AMARAL – Não saiu ainda o alvará, o habite-se, registro imobiliário. Está na fase final, a previsão nossa, depois vou ter uma tabela que tem o cronograma de entrega.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Esse cronograma tem mais ou menos o

tempo que poderá entregar?

O SR. JOSÉ AMARAL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – E todos que estão aí tem essa pretensão.

O SR. JOSÉ AMARAL – É. Começa agora em junho, mais para o final de junho e vai até dezembro, porque são muitas famílias, quase quatro mil e o processo de mudança é um pouco demorado. Você não consegue mudar todo mundo num mês, é muito complicado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Sim. Mas não deixa de ser uma colocação esperançosa, para que ao final de julho eles possam tomar conhecimento.

O SR. JOSÉ AMARAL – Claro. Nós temos sete condomínios que as famílias já estão selecionadas e já fizeram as escolhas dos apartamentos, já fizeram a visita na obra. Temos até um filminho no final e se houver oportunidade vamos passar.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – E foram escolhidos já?

O SR. JOSÉ AMARAL – Já foram escolhidos e aprovados pela Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Registro a presença dos Vereadores Fabio Riva e Gilson Barreto, membros desta comissão.

NÃO IDENTIFICADO – Aqui já são as obras realizadas, em amarelo; e essas, em vermelho, serão realizadas e removidas para a Espanha. Aqui é o exemplo de uma área que vai ser beneficiada pelo Espanha, que é a Favela da Fumaça, que é um conjunto de ocupações. Essa será incorporada ao Parque dos Búfalos após a remoção. É uma favela que tem uma situação muito ruim em saneamento. Aí está o Cantinho do Céu, que fica na Capela do Socorro. Vai haver uma remoção de mais de 120 famílias. Na Favela da Fumaça, há 440 famílias mais ou menos.

Nós já estamos realizando esse trabalho de pré-ocupação no local, para atender à população, às famílias, esclarecendo dúvidas. Nós estamos prevendo ações de desenvolvimento econômico e sócioeconômico na região; e implantação de gestão condominial e capitalização e orientação das famílias com relação ao uso das unidades e dos

equipamentos coletivos do condomínio. Essa é a previsão nossa de entrega dos condomínios, que começa em junho de 2018 e nós vamos até dezembro. Essa é a sequência planejada das entregas. Do ponto de vista de obras, os condomínios já estão prontos. Só está faltando o processo do habite-se. Próximo.

Os equipamentos sociais. Nós conseguimos viabilizar com recursos da Secretaria da Habitação, porque os recursos inicialmente previstos pelo PAC foram cancelados; e nós tivemos que viabilizar o que foi possível dentro da nossa restrição orçamentária. Há um CEMEI, que reúne uma CEI, uma creche e uma EMEI de Educação Infantil, com 536 vagas; uma EMEF, com 1260 vagas. A obra vai ser iniciar agora. Estamos licenciando isso. O Centro de Referência de Assistência é um CRAS. Há uma quadra poliesportiva, e a infraestrutura que há, na área, é institucional. Essas são as obras. Nós conseguimos seis milhões de reais com a Caixa Econômica Federal para fazer um trabalho de pós-ocupação, com a comunidade, após a entrega dos condomínios, e assim vamos poder desenvolver uma série de atividades com a comunidade que vai para o Espanha. Esses são os equipamentos. Aqui estão os três equipamentos que serão construídos. Já está feita a planta. Só falta resolver um pequeno problema de licenciamento na Secretaria do Verde, para que a gente possa fazer a obra, que será feita pela própria empresa que construiu o condomínio. Isso evita um tempo maior de processos, de contratação. Esse é o que falei anteriormente, basicamente é isso e temos outras informações aqui para dar mediante os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Muito rápido aqui para da oportunidade que os moradores que aqui estão falarem, tirem suas dúvidas, mas até para justificar meu requerimento porque esse pessoal que está aqui eu conheço a maioria deles, e isso aqui não saiu de graça não. Até

nesse momento que se tenta criminalizar os movimentos. Essa foi uma luta muito grande dos movimentos da região porque nós moramos em área de mananciais, no meio de duas bacias, Billings e Guarapiranga, e é uma região muito difícil de se implantar projetos de moradia popular, devido as extensões ambientais.

O movimento de moradia que aqui está na luta já no Governo Fernando Haddad fez com que entrassem em acordo com uma empresa e o dono daquela área para que se viabilizasse aquele empreendimento que aí está, que foi apresentado aqui. Lógico, por estar na área de risco, sempre a critério da Secretaria de Habitação, mas também priorizando as pessoas de baixa renda e que não têm onde morar. Foi uma luta grande e até na justiça ficamos um bom tempo disputando para tentar derrubar ação na justiça para poder iniciar as obras. Parece-me que no começo do último ano do Governo Haddad, já no final, a obra já estava com a maioria dos prédios em condição, quase pronta a alvenaria e boa parte da fase de acabamentos e agora chegamos na conclusão final.

Quais são as dúvidas aqui? O senhor explicou uma parte, mas precisamos saber realmente com o total de pessoas em área de risco porque o que se sabe é que não tem 3800 pessoas numa área de risco (palavras ininteligíveis) exportar essas residências. E não tendo essa quantidade de pessoas e sobrando unidade habitacional, qual é o próximo critério? De onde vêm as pessoas, famílias, e qual o critério para ocupar? Porque não vão fazer moradia e deixar desocupada porque vai sobrar, não vão preencher todas as áreas de risco. No começo tinham dito que não podia nem serem famílias de outras regiões, tinham de ser todas elas da cidade de Pedreira. É um problema que ocorre (palavras ininteligíveis) é uma obra que está parada, vai ter que reiniciar uma hora vai ter que reiniciar porque está lá parada e vai ter muita retirada de famílias lá na canalização do córrego.

Outro problema é o Pilão, não é de risco, há várias famílias lá e não sei por que motivo a própria Prefeitura junto com o Ministério Público autorizou a ordem de desfazimento. E o Pilão, em se tratando também de famílias em área de risco, teria de estar cadastrado nessa

demanda do Espanha, antigo Parque dos Búfalos. Eu mesmo vou ver essa questão do Pilão e da possível sobra de moradia que não vai preencher com todas as pessoas da área de risco, quais as famílias que serão chamadas.

O motivo, Sr. Amaral, é no sentido de ajudá-los a trazer informações para as pessoas para não criar confusão. Outra preocupação é que o Espanha, antigo Parque dos Búfalos, tem uma entrada e uma saída, por onde você entra, você sai porque de um lado tem represa e do outro mata. Quase quatro mil pessoas indo a essa área, haverá quase 20 mil pessoas ali, fora as pessoas que já moram no bairro. Vamos falar que vamos ter um movimento de 25 a 30 mil pessoas ali. Uma cidade. Precisa de infraestrutura no viário porque a só existe uma entrada e saída. É uma avenida estreita que não vai comportar, já tem problema agora.

Então é preciso cuidar do viário e também dos equipamentos. Eu acho que está errado levar as famílias para lá sem ter os equipamentos prontos. Não vai ter creche para esse tanto de pessoas que vão para lá, não vai ter UBS para atender. Ou seja, é necessário entregar toda a infraestrutura junto na hora que as pessoas forem porque senão vamos criar uma situação difícil para a comunidade local. Já temos poucas UBSs e vai precisar de no mínimo mais duas UBSs. O ideal é ter uma UBS para cada 15 mil moradores e temos situações de 30, 40 mil pessoas para uma UBS.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Osvaldir de Freitas, do Movimento Moradia Missionária Cidade Ademar.

O SR. OSVALDIR DE FREITAS – Boa tarde a todos. Sou Osvaldir, membro do Movimento Moradia Missionária Cidade Ademar. Quero reforçar o trabalho que os técnicos da Secretaria têm feito na região, muito bem feito por sinal de diálogo com a população. Tanto a Denise quanto a Majô prestaram um serviço muito grande para os movimentos fazendo sua presença constante. Tivemos reuniões do Conselho Participativo, do Movimento de Moradia

que foram muito bem atendidas pelo pessoal da secretaria.

Tem uma questão fundamental que estamos deixando passar que é o fato do Governo Federal ter abandonado a cidade de São Paulo, na medida em que abandonou as obras do PAC da Billings, que é fundamental.

Está aqui o Jocemar, que conhece bem a região, é um investimento que seria fundamental. Todo esse projeto, todo o residencial Espanha tem sentido por conta das obras do PAC que não vão sair. É lamentável a gente ter um Prefeito – e não temos mais – que o Governo Federal cancelou e ele não foi atrás, não reivindicou os interesses da população de São Paulo, abandonou a população de São Paulo.

É inimigo da cidade de São Paulo e é inimigo da Cidade Ademar e Pedreira.

A outra é o Plano de Metas da Prefeitura, então, proponho que a Comissão e a Câmara dos Vereadores cobrem do Governo Federal os investimentos nos parques e mananciais, para termos esses investimentos na região.

E ainda: no Plano de Metas do Prefeito Doria ele colocou 3.860 unidades para a Cidade Ademar. Primeiro que não é 3.860, tem uma quantidade que vem de outras regiões, que é da Capela, do outro lado da Billings. E essas 3.860 estão repetidas do governo anterior. Então é um Plano de Metas um começa outro termina, então ponho 3.860 e pronto? Mas o que falta de moradia para todas nós era importante ter mais unidades na região. Portanto, eu gostaria que essa Comissão provocasse uma discussão no Orçamento para aumentar os recursos de habitação para a Cidade Ademar e Pedreira. O que falta lá é mais investimento.

Depois desse investimento, talvez, daqui uns 30 anos tenhamos um valor mais compatível. Não temos nada previsto e, nessa gestão, é zero. Zero de investimento em Cidade Ademar. Então esse é o grande problema: falta de moradia. As 3.860 não vão dar conta. Não está sobrando, não. Temos gente para morar lá, não temos? Temos muitas famílias que precisam de moradia e falta, no Orçamento, o investimento.

Então num momento em que a Cidade discute moradia, e tenta-se criminalizar os

movimentos sociais, é importante discutirmos qual será o investimento a ser feito na moradia para a periferia, qual o montante do Orçamento que vai para a moradia, para as regiões da cidade de São Paulo, que não tem nessa atual gestão.

Eu acredito e queria que se propusesse à Comissão a possibilidade de negociar com a Secretaria da Habitação a inclusão das famílias na Zavuvus. Nada mais justo do que elas serem inclusas. Sei que tem um problema técnico com o Ministério Público, mas é uma questão de negociar para ver se dá, tem famílias lá que têm mais de dez anos na lista de espera e no auxílio aluguel. Proponho, então, que se discuta também a inclusão do Zavuvus. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Próximo inscrito é a Sra. Maria da Conceição Oliveira, que é da Cidade Ademar.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Minha questão, hoje, é fazer uma reclamação, porque o Residencial Espanha não era para a Capela do Socorro, não era para Cocaia, não era para esses locais.

O Residencial Espanha seria construído para as obras do Zavuvus e das áreas de risco da região. Então, assim, eu participei da indicação desse terreno para o Prefeito Haddad. Foi indicado para o Ricardo Rodrigues, na Secretaria de Habitação. Foi no primeiro mandato do Haddad, assim que ele assumiu, dia 1º de janeiro. Ele assinou em 24 de janeiro. Dia 15 de fevereiro teve uma audiência pública no CEU Alvarenga, falando a respeito de que seria para a Cidade Ademar.

Tenho aqui a data que ele assinou: está aqui o número do CPF dele, tenho comigo; aqui tenho também o Termo de Compromisso assinado para a obra do Zavuvus e da moradia; tenho em vista que foram removidas do córrego do Zavuvus 780 famílias, fora as que ainda estão lá. Só que agora, no momento, não tem nada para Zavuvus. Por que pessoas de fora, e não os próprios que devem ser beneficiados?

Nesse contrato, existe um decreto que foi assinado, em Brasília, pelo Congresso

Nacional, decretando essas obras do Zavuvus e a gente não tem nenhuma solução. Estive na Secretaria de Habitação, só sabem falar que não existe projeção para lá. Quatrocentos reais não se paga um aluguel e tiraram o pessoal da sua moradia. Por que nós não podemos fazer parte do Residencial Espanha. Lá é mananciais? Não está vinculado ao mananciais.

Fomos atrás de tudo. Eu fui buscar o papel do Mananciais, o mapa do Mananciais. O Zavuvus faz parte do Mananciais também, só que eles dividiram fazendo uma barreira. Quando enche muito, eles levantam e a metade dessa água vai para a Billings. Mas fazemos parte e eu estou aqui questionando 780 famílias, porque também temos direitos. Por que vão colocar pessoas de outras regiões e os próprios beneficiários não têm direito.

Então, estamos aqui batendo nisso. Já entramos no Ministério Público e entregamos toda a documentação, porque precisamos de uma resposta. Não adianta chegar na Secretaria de Habitação e nos falarem que não temos direito. Estamos na luta desde 2003. Para essa obra vieram 773 milhões de reais. E por que agora vamos ficar fora? Não. Também temos direito de participar desse Residencial Espanha. Somos pais e mães de família, somos trabalhadores, perdemos a nossa casa e, hoje, moramos de aluguel. Pagamos 800 reais de aluguel. Os 400 reais não pagam aluguel. Não querem alugar casa para quem tem 4 filhos, e vamos morar aonde?

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Sra. Conceição, estamos sendo tolerantes com o tempo, mas o Regimento determina três minutos, e esse tempo já ultrapassou.

A senhora, por gentileza... Agradecemos a sua participação. Podemos fazer outras audiências públicas... (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Josemar Silveira, região de Cidade Ademar.

O SR. JOSEMAR SILVEIRA - Boa tarde. Meu nome é Josemar Silveira, sou líder comunitário, educador ambiental, conselheiro estadual do meio ambiente e habitação.

Em 2010, quando fomos procurar o Ministério da Cidade e a Caixa Econômica, era para levarmos um projeto de reurbanização para a região de Cidade Ademar e Distrito Pedreira, onde temos a questão dos córregos. O Zavuvus é um dos. O Córrego Paulinos para a Prefeitura é dado como canalizado: bairro Santa Lúcia. Nós temos o Córrego das Garrafas, o Córrego Itapura, entre outros que deságuam na Billings. A intenção era de que, em todo o entorno da Billings e à margem, a população pudesse ser beneficiada dentro da Lei Estadual da Billings. E o Poder Público tenta contemplar, mas acaba não fazendo a sua parte.

Dentro de um dos critérios, a Caixa Econômica diz bem claro: deveria haver um conselho gestor de obra. a obra já está há tanto tempo e já vai, se Deus quiser, ser entregue esse conselho gestor, com o Poder Público e os movimentos, não se oficializou. O que o Poder Público, na figura da Secretaria Sehab e suas outras subsecretarias, sabe fazer é não atender a todos. Atende somente a alguns. Tem muita coisa errada. Na região de Cidade Ademar temos ciência de mais de 4 mil famílias que estão no auxílio-aluguel e nem todas estão sendo contempladas. Às margens da Billings tem mais outro bocado. Os córregos voltaram a ser ocupados. As áreas que saíram, voltaram a ser ocupadas. E a culpa não é do morador, não. A culpa é do Estado porque não se une, não se organiza, não trabalha com as lideranças, com as entidades associativas, com o movimento.

Presidente, uma sugestão. Vamos fazer o dever de casa correto. Se a Caixa Econômica e o Ministério da Cidade dizem que tem de haver... O que a Prefeitura... Tem medo do tal do conselho gestor? Ou quer montar um conselho gestor sob sua ótica?

Vamos à Secretaria, tentamos protocolar, para ver se a Prefeitura tem um tempo de nos ligar e nos induzir ou nos conduzir. Mas está todo mundo ocupado – e não sabemos com o quê.

Sugestão: aquele terreno ou aquela obra não vai dar conta. Não vamos tapar o sol com a peneira, Presidente. Vamos indicar outro terreno. Existe terra. Se o problema for o zoneamento, a Casa está aqui para mudar o zoneamento. Tem lugar lá para caber mais 4 mil unidades. Só que, se eu disser aqui agora, não sei o que vai acontecer. Precisamos oficializar uma Comissão, precisamos dar legitimidade à comunidade. Prefeitura, não fique achando que você sozinha vai realizar alguma coisa, que não vai. Sozinho, ninguém chega a lugar algum. E já protocolamos. Já tem uma inicial com V.Exa., Sr. Presidente; já está na mão desta Comissão. A sugestão é que façamos uma Comissão junto com o Poder Público, junto com o Extremo Sul, junto com a Denise, com a Maju, com os demais. Não dá para ficar solto, temos que amarrar! A situação está lá, degradante. Só nós sabemos como está. Precisamos andar. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nós que agradecemos sua compreensão. Próximo inscrito, Sr. Rogério Cruz, advogado do Movimento de Moradia.

O SR. ROGÉRIO CRUZ – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Rogério. Quero trazer para o representante da Secretaria, presente, uma situação de que o Alfredinho

falou um pouco, mas que causa bastante estranheza. Aquela região do Jardim Apurá está sendo alvo de uma operação – e é por isso que seria importante estar presente aqui um membro do Ministério Público para poder dizer com mais propriedade – para o desfazimento de algumas casas. Pessoas que estão lá há 25 anos, 20 anos, ou há menos tempo, 5 anos, estão sendo intimadas a promover o desfazimento de suas casas por conta da operação de defesa das águas, se não me engano. Inclusive, semana passada estiveram lá de novo no local o pessoal da subprefeitura, a fiscalização. O fiscal Leandro esteve lá de novo para pedir aos moradores o desfazimento. Foram lá com máquinas, e só pararam o desfazimento porque nós havíamos apresentado uma defesa no processo administrativo, e essa defesa não havia sido juntada. Eles estavam lá para dar seguimento, e pedimos para que a defesa fosse levada em consideração naquele processo. Só por isso não foi realizado o desfazimento daquelas casas.

Então, ali há uma situação bastante embaraçosa. Entendo que as coisas têm certa independência. Acho que a Secretaria de Habitação não tem domínio sobre esse fato, mas é uma situação grave. Trata-se do desalojamento de uma série de pessoas da região, pessoas que têm cadastro na Cohab, têm cadastro na Secretaria de Habitação, estão cadastradas na demanda, mas não fazem da demanda original do Espanha. Qual é a destinação de moradia para essas pessoas? Querem promover o desfazimento de casas de pessoas que estão lá há vários anos, que estão à beira da represa, sim, que estão à beira de córrego, à beira principalmente da Represa Billings, mas para as quais não há destinação de moradia. Então, é uma situação difícil, que não esperamos, com processo administrativo, resolver. Precisamos resolver com bom senso e com uma política pública efetiva.

A maioria das pessoas que estão aqui hoje são pessoas do bairro, pessoas que estão nessa situação e precisam de uma resposta. Esta audiência pública é uma oportunidade de nós sabermos qual será a situação dessas pessoas que estão em áreas de risco, estão à beira da Billings, que estão sendo obrigadas a promover o desfazimento de suas casas e para as quais não há destinação alguma de moradia.

A Prefeitura vai continuar com essa ação? Sei que a Prefeitura está fazendo isso inclusive de forma reativa porque o Ministério Público pressiona. Mas qual será a destinação dessas pessoas? Já tivemos essa conversa na Secretaria de Habitação, mas queremos deixar público que essas pessoas precisam ter uma solução. Inclusive as pessoas já fizeram manifestações lá na região, porque a situação delas não está sendo levado em conta pelo Poder Público.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Sr. Rogério Cruz. Próximo inscrito, Sra. Cibele Menegon (?).

A SRA. CIBELE MENEGON - Boa tarde. Sou moradora do Pilão desde 1986 e, desde então, a gente escuta que vai sair, que vão arrumar um lugar, e nunca fizeram isso. E agora que foi feito o Residencial Espanha marcaram a casa da minha mãe, mas ela não foi contemplada, porque deram a casa dela para pessoas que moram do outro lado da Billings.

Quando foi feito o Residencial Espanha seria para todo mundo que mora em torno da obra. Sei que todo mundo precisa de casa. Eu mesma tenho quatro filhos e pago aluguel. Vou às reuniões, mas também não ganhei uma casa, mesmo morando em área de risco. Então, todo mundo precisa, todo mundo quer moradia.

E vocês fazem uma obra na nossa região, onde não tem uma estrutura para a quantidade de pessoas que vão mudar para lá, porque Alvarenga não suporta nem a quantidade de pessoas que já moram ali, pois só temos um posto de saúde na região. E a gente que mora ali vai para onde? Porque as casas que vocês fizeram para nós serão dadas para outras pessoas. O que vocês farão com a gente? Porque estamos vendo que a gente mora ali, mas não tem direito algum sobre aquelas moradias, que foram construídas para nós.

Sei que é complicado, porque todo mundo preciso. Se ninguém precisasse de casa esta reunião estaria vazia. Então, realmente vocês têm que rever as prioridades, porque vocês realmente acreditam que uma pessoa que tem uma vida inteira do outro lado da Billings, no

Largo do Socorro, vai aceitar mudar para lá, mas depois de um ano ela vai se desfazer do apartamento, porque não vai querer ficar do nosso lado onde já não cabe nem a gente, piorou mais 600 ou 800 famílias. Por isso é uma situação bastante complicada.

E ninguém que mora no Pilão foi contemplado. Só marcaram as casas e foram lá derrubar, mas até agora nenhum morador do Pilão foi contemplado.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Josefa Silvana, do Jardim Apurá.

A SRA. JOSEFA SILVANA – Boa tarde a todos. Estou aqui no movimento há tempo, moro no entorno do Pilão e também estamos aguardando essas casas. Como estamos vendo, muita gente de outros locais estão sendo contempladas e nós que já estamos ali há tempos estamos praticamente sem esperança.

—
Tenho quatro filhos, alguns já maiores de idade, um é deficiente e tenho que ficar correndo atrás de moradia mais digna por conta dele. Então pedimos para todos vocês que estão à frente das pessoas que lutam por moradia, vocês estão no poder, por isso pedimos que cada um faça alguma coisa. Porque, infelizmente, muitos vão morrer e nem ganhar a sua casa.

Então esperamos dos membros desta Comissão que façam alguma coisa, pois todo mundo precisa, estamos vendo muitas famílias na rua, e todo mundo quer dignidade, e uma moradia digna é mais do que justo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Antônio Marcos.

O SR. ANTÔNIO MARCOS – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa e gostaria de me dirigir mais especificamente ao representante da Secretaria de Habitação. No momento em que a gente percebe que existe uma ideia de criminalizar os movimentos sociais, e isso a gente não admite, eu sou do Conselho Estadual de Habitação, e a pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte: existem muitas famílias, muitas entidades, que têm participado dessa

discussão, pessoas que estão em área de risco, pessoas que estão em auxílio-aluguel e, como foi dito pela última oradora aqui, algumas famílias com necessidades especiais. Mas não estamos vendo essas famílias sendo atendidas, sendo chamadas para essa discussão. Muitas entidades têm protocolado documentos na Secretaria de Habitação, mas também não têm tido nenhuma resposta. Então, é muito importante saber do Ministério Público, da Secretaria Municipal de Habitação, como está sendo feita essa resposta, esses encaminhamentos que estamos protocolando naquela casa?

Nós que militamos com moradores da região, com movimento de moradia, recebemos essa cobrança. Antes de chegar a vocês, essas pessoas nos procuram para reclamar, e é uma reclamação justa e coerente dessas famílias que lutam por moradia digna na cidade de São Paulo.

Então o que eu gostaria de saber é como são dadas essas respostas. Foi dito aqui que diversas entidades têm protocolo, já fiz protocolo lá também e, até o momento, não tive nenhuma resposta. Isso há três ou quatro meses. E acredito que a Secretaria de Habitação não leva quatro meses para responder um protocolo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra a Sra. Cleonice Pereira de Souza, do Parque Primavera.

A SRA. CLEONICE PEREIRA DE SOUZA – Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de saber como vai ficar a situação da av. Antônio Viêira Marcondes, na Pedreira. Por quê? Tiraram muita gente da parte da frente, no começo da Alvarenga, da parte dos fundos, perto de Cidade Júlia, e a gente ficou no meio. Agora ninguém sabe o que vai acontecer, porque muita gente invadiu as casas novamente. Eu gostaria de saber, porque os meus vizinhos me perguntam e não sei responder sobre isso. Moro há 38 anos lá e nunca vi uma situação como essa lá, está precário.

Em Sete Campos, ali atrás, tem muito mato, muita sujeira, e agora a gente ficou ali

no meio. Estão fazendo uma obra da Sabesp para esgoto, e não entendi onde a gente vai ficar. Se a gente vai, o Residencial Espanha, como é que vai ser. Não estou entendendo.

Era só isso que queria saber. Obrigada e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a Sra. Cleonice. Próxima inscrita é Maria de Lourdes César, do Jardim Bandeirantes.

A SRA. MARIA DE LOURDES CÉSAR – Boa tarde a todos, sou Maria de Lourdes, sou lá do Pilão. Eu moro lá. Coloquei Jardim Bandeirantes porque é onde tem um número de pessoas que moram na orla da represa, como já falei. E têm casas lá que estão para cair a qualquer momento e têm moradores dentro.

Estou indignada porque o pessoal do fundão conseguiu unidades dentro do Espanha e o pessoal do Pilão que está na beira da represa quase tropeçando e caindo dentro da água não recebeu nada, nem uma notificação. Receberam assim: marcaram suas residências para tirar o pessoal. No entanto, não disseram para onde vão levar essas pessoas. E essas pessoas têm que pagar multa para a Prefeitura.

Queria que o Sr. Júlio César estivesse aqui para nos explicar por que fez isso. Ele conseguiu moradia para o pessoal do Fundão, mas não conseguiu moradia para o pessoal do Pilão onde as casas estão marcadas para serem retiradas.

Então quero perguntar agora aqui para vocês: qual a perspectiva que temos para conseguir unidades para o pessoal do Pilão. Espero que vocês possam nos dar uma resposta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Dona Maria de Lourdes César.

Com a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Boa tarde a todos e a todas, uma simples intervenção, primeiro falando aos movimentos de moradia pelos quais tenho muito respeito, sou advogado, coordenador do movimento de moradia, então cabe a cada um de nós, representantes de

movimento, mostrar o contrário do que estão dizendo da gente.

Movimento popular não é criminoso. Movimento popular luta para defender o direito de moradia digna para as pessoas. Então em primeiro lugar acho que cabe a cada um de nós, com muita responsabilidade agora, construir uma política habitacional em que os movimentos sejam ouvidos, principalmente com as suas experiências que ajudam o Poder Público a minimizar o impacto de habitação na cidade de São Paulo.

Acho que o primeiro ponto é esse. Precisamos parar de discutir moradia de uma forma unilateral, somente o Governo Federal, Estadual e Municipal têm a política, ou seja, têm a receita de bolo pronto. Receita de bolo pronto ninguém tem. Quem tem é quem vive na periferia, mora mal e precisa participar, ou melhor, pertencer a uma política habitacional.

Então cabe a cada um de nós como representantes de movimento fazer a nossa parte ao invés de ficar somente reclamando também, mostrarmos alternativas para o Poder Público. E alternativas que deem mais capacidade de inclusão dessas pessoas que precisam de moradia.

Tenho muito orgulho de estar aqui. Está o Paulo da CDHU, estão os representantes da Secretaria, o Amaral, que sabem da nossa experiência. Quando vejo o filme do mito, de umas poucas pessoas recebendo seus apartamentos, fico triste porque muitos não vão ter essa oportunidade. E cabe a cada um de nós mudarmos essa realidade.

A política precisa ser reconstruída. Não dá para ficar somente lamentando aquilo que não temos. Se hoje o movimento que faço parte conseguiu colocar 25 mil famílias dentro da sua própria casa, comprando terreno e esperando 10, 15 anos para a Prefeitura aprovar, estamos fazendo a nossa parte. Será que a Prefeitura, o Estado e o Governo Federal estão fazendo a parte deles em ter mecanismos de legislação ágeis para que possamos dar moradia digna para as pessoas?

Acho que é essa a reflexão que tem de ficar. Então aqui estamos num Governo em que não dá para ficar ouvindo discurso político de quem fez ou quem não fez, quem deixou ou não deixou de fazer. Cada Governo propõe uma coisa e não cumpre. V.Exas. são exemplos disso e eu também sou. Eu sou vítima disso. Então, não adianta ficar falando do Sr. Haddad. Não adianta falar que o Sr. Doria deixou a Prefeitura. Não adianta falar do Sr. Kassab. Não adianta falar da Sra. Marta. Nós começamos o movimento com a Sra. Erundina. Olhem, que coisa!

Ou seja, ou nós construímos – ou melhor, reconstruímos – essa política, ouvindo todo mundo, valorizando os movimentos, valorizando as políticas habitacionais que já existem e as que dão certo, como as PPPs, a exemplo do que há lá, na CDHU, a Cohab, agora, voltando a ter status de uma companhia de verdade... Eu acho que cabe a cada um de nós fazer esse papel.

Então, Sr. Presidente, fiquei muito feliz pela propositura do Vereador Alfredinho, também. É muito combatente na área de Habitação. O Vereador Dalton Silvano, o Sr. Presidente Toninho Paiva... Porém, vamos precisar tomar algumas atitudes – e atitudes rápidas. Está aqui o Sr. Amaral. Sabe o carinho que eu tenho pelo Secretário Chucre, que tem nos atendido. Tem ouvido um pouco das experiências. Acho que os movimentos também não podem reclamar disso.

Resposta todo mundo tem – até nós, como Vereadores, quando pedimos, em qualquer Secretaria, também demora a vir a resposta. Não é fácil, também. Eu tenho pedidos em algumas Secretarias de três ou quatro meses, também. Ou seja, nós também sentimos na pele aquilo que vocês sentem. Aqui, não há nenhum salvador da Pátria. Aqui, nesta Casa, com certeza, há homens e mulheres que buscam minimizar um problema tão sério como o da Habitação na cidade de São Paulo.

Então, quero propor, Sr. Presidente, que esta comissão faça uma visita lá, no Espanha, e que possamos, *in loco*, verificar as condições da obra, dos conjuntos – mais do que

isso, também a questão da infraestrutura, que foi bem lembrada pelo Vereador Alfredinho. Há problemas de Saúde e de Educação. Então, não adianta só colocar as pessoas lá. É preciso dar dignidade para as pessoas e dar acesso aos serviços públicos necessários.

Então, quero, de uma forma muito breve... Desculpem se eu me estendi, mas é uma coisa pela qual eu sou apaixonado o movimento por moradia. Estou a cada dia lutando para que as pessoas possam morar com dignidade. Mesmo cada um defendendo a sua bandeira, a sua ideologia, os movimentos precisam se unir mais. Acho que cada um tem de olhar para o seu próprio conjunto, mas olhar para o conjunto da cidade de São Paulo e das pessoas que mais precisam.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. DALTON SILVANO – (Pela ordem) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Vereador Dalton Silvano, antes de passar a palavra a V.Exa., pela ordem, eu quero registrar, também, aqui, a presença da Secretaria Municipal de Habitação, na pessoa do Sr. José Amaral. Que ele seja um portador, levando à Secretaria as colocações que foram feitas. São realmente colocações importantes, porque aqui está sendo tudo gravado, para que possamos dar uma resposta otimista, uma resposta concreta sobre de que maneira vai ficar o Condomínio Espanha.

Ouvimos, aqui, várias reclamações. Com certeza, todas elas foram bem colocadas e uma das coisas que eu gostaria... Sinto a falta do Ministério Público, que teria de estar presente aqui, hoje, para realmente sentir as coisas de perto. Estamos aqui para realmente falar do que se passa. Não adianta vir aqui depois que aconteceu, como agora, no dia 1º de maio, quando houve o desabamento do prédio. É preciso acompanhar e ir junto às comunidades a reivindicar.

Quero agradecer a todas as pessoas, aqui, senhoras e senhores, inclusive pela educação e respeito que tiveram durante a audiência pública. Isso é muito importante para todos nós, porque o nosso povo, o povo brasileiro, precisa cada vez mais se reeducar, saber

que nós temos uma eleição, agora, saber em quem se vai votar. Fiquem atentos a essas coisas. Em menos de seis meses, nós vamos ter condição de indicar o Presidente da Nação, o Governador deste Estado, senadores, deputados estaduais e federais. Cabe a cada um de nós a responsabilidade de levar pessoas comprometidas com esses movimentos, comprometidas com o ser humano. Ser solidário na prioridade à educação e à saúde.

Meu muito obrigado a vocês.

Quero que o Dalton Silvano, além de usar a palavra, faça o encerramento da audiência pública.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, muito obrigado pelo carinho. Quero cumprimentar o José Amaral, e, em seu nome, cumprimentar todos os representantes da Secretaria da Habitação, também da Cohab, assim como cumprimentar os demais presentes a esta audiência pública.

Eu nem pretendia falar, mas vou falar muito rapidamente, até por conta do que o Osvaldir acabou colocando, uma afirmação, e também o Jocemar.

Eu entendo que a habitação não tem cores partidárias, não deve ter cores partidárias, porque é uma coisa muito sagrada para cada um de nós. E eu posso falar à vontade porque, quando eu tinha quatro anos de idade, eu fui despejado e também não tive uma casa para morar, tendo sido obrigado a morar com a minha madrinha. Então essa questão da habitação só quem não teve a casa no passado sabe o que significa o que é ter o seu quartel general, o seu lar, para quando retornar, e poder ter uma vida digna.

Eu, há 24 anos, diferentemente de trabalhar para construir casas, eu evitei que, na Cidade Tiradentes, mais de 20 mil famílias perdessem os seus imóveis por conta de uma política financeira, diria, cruel. E esse plano que fizemos na Tiradentes se estendeu para toda a cidade, que foi o Plano Mil, que existe até hoje. Então eu tenho um carinho muito grande por todas as questões de habitação.

Eu peguei a palavra para falar porque o Lucimar, quando disse que nós temos que

costrar o Governo Federal, que nós temos que cobrar o Governo Estadual, e até o Municipal, para conseguir recursos. Mas eu vou dar um dado que eu falei para ele aqui: podia mudar o governo... podia... democraticamente... Se foi golpe, se não foi golpe, eu não quero saber nesse momento. Mas que o Governo que está lá, atual, cortou 18 bilhões de verbas, cortou. E eu vou falar porque nós temos um movimento na zona Leste com três mil moradias – três mil; e estamos falando de quatro mil aqui. Estão há mais de dez anos lutando para conseguir esse recurso para três mil moradias no movimento do Conjunto Santa Etelvina, em Guaianases. Então as dificuldades não são só na zona Sul e na zona Leste, é na cidade de São Paulo, porque o déficit habitacional é grande na cidade de São Paulo inteira, ou por falta de política, ou por falta de governo. E quero parabenizar os Vereadores Toninho Paiva e Alfredinho, e eu conheço o trabalho do Fabio Riva e também do Deputado Zerbini. Todos esses que lutam pela habitação. E o que eu puder fazer por esse movimento, mesmo que seja o mínimo, eu quero fazer e quero ajudar, independentemente de questão política, independentemente de voto, independentemente de qualquer coisa.

Amaral, você sabe que nós temos um problema que não é só lutar por terreno. Nós temos terreno, tá bom, então vamos começar a construir. Porque, no Plano Diretor que aprovamos aqui, trabalhamos, e todos trabalharam para fazer o carimbo da ZEIS 2, para fazer o carimbo da ZEIS 3, para poder ter habitação popular – HIS1, HIS2. Então não nasce somente em buscar o terreno, mas também inclusive de poder arrumar a lei. Dizia há pouco: temos o prenúncio de mudarmos a lei de zoneamento. Tem vários terrenos parados no Tribunal de Justiça, Alfredinho sabe, você sabe, por causa da Zepam, por causa da Zona de Proteção Ambiental. Perfeito. Temos que ter a proteção ambiental? Temos que ter. Mas temos também prioridades. E aí o Tribunal de Justiça julgou e bloqueou esse terreno para três mil moradias. Então é uma outra coisa que vocês eventualmente não sabem, mas temos que correr atrás para que seja liberada essa decisão, essa liminar do juiz. E não é só em relação a esse terreno, porque são vários terrenos da cidade de São Paulo que estão bloqueados.

O SR. _____ – São 1158 empreendimentos de habitação de interesse social bloqueados por essa decisão.

O SR. DALTON SILVANO – Eu não sei se todos sabiam disso, mas os Vereadores estão atentos a essas questões todas.

Então eu queria dar essa palavra. Eu acho que nós estamos unidos, Alfredinho. Se tiver terreno, obviamente, não tem recurso. Todos aqui sabem como é o orçamento da Prefeitura, o orçamento estadual, e nós temos que correr atrás de verbas. É um conjunto de atividades, um conjunto de providências para se produzir mais habitação popular. E eu só quero dizer que vocês podem contar comigo naquilo que estiver ao meu alcance. (Palmas)

O SR. TONINHO PAIVA – Muito obrigado, Vereador Dalton Silvano.

O representante da Secretaria Municipal de Habitação, Sr. José Amaral, quer falar, porque ele realmente vai assumir um compromisso perante todos nós.

O SR. JOSÉ AMARAL – Primeiro que nós tivemos dez intervenções durante a audiências, todas elas extremamente procedentes.

Eu acredito que algumas nós poderemos resolver melhorando o nosso trabalho na Sehab. Eu acho que tem algumas questões que ainda estão sob estudo, como é o caso do Pilão, que não está descartado, mas ainda não está consolidado, porque é uma área extremamente complicada. Nós estamos fazendo estudos geotécnicos para ver a possibilidade de intervenção. Não é uma área como o Fundão, em que a intervenção é mais fácil do ponto de vista geotécnico. Mas não percam as esperanças, que nós ainda não concluímos o nosso estudo. E eu espero que a gente possa atender.

Com relação ao Zavuvus, eu acho que nós temos que levar essa questão ao Secretário. E, se não for possível, do ponto de vista legal, resolver com o (Ininteligível), nós temos que resolver de outra forma. Nós temos que ir atrás de outra solução para o Zavuvus, que é um assunto que já está pendente de resolução.

O Dr. Rogério estava fazendo referência exatamente à área de Pilão, que está

sendo marcada, e eu vou verificar isso daí. Mas eu acho que são novas ocupações não habitadas – espero que seja – o que está sendo demolido pela Operação Defesa das Águas.

Com relação ao Toni, nós vamos atrás, porque não pode demorar três meses. Pedimos desculpas, e vamos lá verificar. E, se for necessário, estamos completamente abertos para fazermos uma reunião para discutir o seu assunto em particular.

Quanto à dona Cleonice, nós temos um plantão do Guaicuri. As nossas chefes do atendimento social estão aqui. Eu acho que vocês poderiam combinar agora para discutir e ver o que vai acontecer com o seu caso específico.

Só reforçando: com relação às questões de criminalização dos movimentos sociais, a Sehab, o Secretário Fernando Chucuri, desde o primeiro momento, defendeu os movimentos, rejeitou esse discurso fácil de criminalização. E nós temos como política do Secretário lidar com os movimentos sociais como parceiros, o que inclui, inclusive, a proposta do Jocemar, de encontrarmos terrenos e soluções, porque o Spanio (?) não vai resolver todos os problemas daquela região. Resolve o problema de cerca de quatro mil famílias, que, apesar dos problemas de lá e de cá, vão estar, a partir deste ano, morando numa moradia digna, e vão deixar áreas insalubres, áreas sem saneamento, o que vai melhorar também a qualidade ambiental da região.

Queria agradecer ao Presidente; ao Vereador Alfredinho, que fez o requerimento. Acho que foi uma ótima oportunidade para corrigirmos rumos, melhorarmos o nosso trabalho.

Estamos à disposição na Sehab.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Eu vou pedir uma audiência com o presidente da Cohab e com o Secretário. O senhor poderá ser o intermediário.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública.